

1985-1987 — Treinador da equipa sénior masculina de voleibol do Instituto Superior de Educação Física.
1980-1992 — Assistente, Faculdade de Motricidade Humana.

Currículo científico — publicação de 3 livros, 15 capítulos de livros, 12 artigos em actas de conferências nacionais e internacionais, 27 artigos em revistas internacionais indexadas no SCI, 22 artigos em revistas nacionais e internacionais com arbitragem científica, 12 artigos em revistas de divulgação científica e 76 resumos em revistas nacionais e internacionais com arbitragem científica. Participação como conferencista convidado em 15 conferências internacionais e 87 nacionais. Orientação de 10 teses de doutoramento e 45 teses de mestrado. Revisor científico de 5 revistas internacionais.

Gabinete do Ministro da Presidência

Despacho n.º 18 133/2005 (2.ª série). — Considerando a natureza das atribuições do Instituto do Desporto de Portugal, em que, para além do desempenho do presidente, as funções dos vice-presidentes devem ser exercidas por individualidades de reconhecido mérito e relevante experiência na área do desporto;

Considerando, assim, a experiência e o perfil profissional na Administração Pública, nomeadamente na área do desporto, são nomeados, nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º, n.º 3, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em regime de comissão de serviço, vice-presidentes do Instituto do Desporto de Portugal os licenciados João Manuel Cravina Bibe e Rui Daniel Amaro Xavier Mourinha, com efeitos a 1 de Agosto de 2005.

29 de Julho de 2005. — O Ministro da Presidência, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.

Secretaria-Geral

Declaração n.º 178/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro e nos termos conjugados do artigo 3.º do mesmo diploma e do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, torna-se público que, por despacho de 25 de Julho de 2005, o Primeiro-Ministro declarou a utilidade pública da Ciência Viva — Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, com sede em Lisboa.

11 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 18 134/2005 (2.ª série). — Por despacho do director do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER) de 4 de Julho de 2005, com a anuência da directora-geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, de 5 de Julho de 2005:

Ana Raquel Lopes Serrão Iglésias, técnica de informática de grau 1, nível 2, escalão 3, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social — requisitada ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 184/98, de 6 de Julho, com efeitos reportados a 15 de Julho de 2005.

9 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 18 135/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 8 de Julho de 2005, com a anuência do presidente do conselho de administração do Hospital de Santa Marta, S. A., de 20 de Julho de 2005:

Cristiano José Rodrigues dos Santos Rodrigues, assistente administrativo principal do quadro de pessoal do Hospital de Santa Marta, S. A. — transferido para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a mesma categoria e vínculo, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 18 136/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Presidência de 29 de Julho de 2005:

Licenciado José Eduardo Cabral Cordovil — dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço como vice-presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no uso das competências conferidas pelo despacho n.º 13 622/2005

(2.ª série), de 7 de Junho, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 18 137/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Presidência de 29 de Julho de 2005:

Licenciado Eduardo Borges Pereira — dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço como vice-presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no uso das competências conferidas pelo despacho n.º 13 622/2005 (2.ª série), de 7 de Junho, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 18 138/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Presidência de 29 de Julho de 2005:

Licenciado José Manuel Marques Constantino da Silva — dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço como presidente do Instituto do Desporto de Portugal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no uso das competências conferidas pelo despacho n.º 13 622/2005 (2.ª série), de 7 de Junho, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Despacho conjunto n.º 608/2005. — Atendendo a que, por força da reorganização projectada para a área da cooperação portuguesa, foi recentemente exonerado o presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e considerando que a dinâmica pretendida para aquele instituto público não se compatibiliza com uma vacatura, ainda que provisória, daquele cargo:

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no artigo 8.º dos Estatutos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 5/2003, de 13 de Janeiro, é nomeada, por urgente conveniência de serviço, em regime de substituição, a licenciada Maria Inês de Carvalho Rosa como presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, cargo para o qual detém as necessárias qualificações, conforme resulta da nota curricular anexa.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de Julho de 2005.

29 Julho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — Pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *João Titterington Gomes Cravinho*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, no uso de competência delegada.

Nota biográfica

Dados pessoais:

Nome — Maria Inês de Carvalho Rosa;
Data de nascimento — 19 de Abril de 1961;
Naturalidade — Dakar (Senegal).

Habilitações académicas:

Licenciatura em Economia pela Universidade de Brasília (Brasil) com equivalência em Portugal (15 valores);
Bom domínio das línguas inglesa e espanhola, tanto oral como escrito, e bons conhecimentos de francês.

Experiência profissional:

Experiência como técnica superior no extinto Secretariado para a Integração Europeia (SIE) desde Abril de 1983, ingressando, após concurso público, no quadro deste organismo em 1 de Julho de 1985 como técnica superior de 2.ª classe, desempenhando funções relacionadas com a preparação das negociações para a adesão de Portugal às Comunidades Europeias nos seguintes capítulos:

União aduaneira e livre circulação de mercadorias;
Relações externas da Comunidade;
Relações Portugal-Espanha;